

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ELLO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A

CNPJ: 07.174.638/0001-98

NIRE: 42300029424

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Chapeco (SC)

BALANÇO PATRIMONIAL
Valores expressos em Reais (BRL)

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE	669.145,34	919.308,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122.865,49	116.262,80
BENS NUMERÁRIOS	65.891,67	43.897,30
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA	54.658,25	72.358,95
E. CAIXA - APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	2.315,57	6,55
OUTROS CRÉDITOS	545.691,13	803.045,31
OUTRAS CONTAS A RECEBER	544.820,28	504.000,00
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	0,00	298.174,46
TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR	870,85	870,85
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	588,72	0,00
DESPESAS DO EXERCICIO SEGUINTE	588,72	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.775.776,97	9.625.646,39
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.507.966,20	3.080.000,00
OUTROS CREDITOS	2.507.966,20	3.080.000,00
IMOBILIZADO	6.267.810,77	6.545.646,39
IMÓVEIS - AVALIADOS PELO CUSTO	5.952.122,13	5.952.122,13
BENS EM OPERAÇÃO	1.821.560,88	1.821.560,88
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(1.505.872,24)	(1.228.036,62)
TOTAL DO ATIVO	9.444.922,31	10.544.954,50

"As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

Chapeco (SC), 31/12/2025

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID - CRC: RS-023833/O-5T
CRC: 1-SC-007499/O-1 - Contaoeste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL
Valores expressos em Reais (BRL)

	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE	15.773,22	14.091,99
FORNECEDORES	400,00	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS	400,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	15.373,22	14.091,99
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	15.360,89	14.091,99
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	12,33	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.052.786,48	3.584.000,00
RECEITAS E CUSTOS DIFERIDOS	3.052.786,48	3.584.000,00
RECEITAS DIFERIDAS	3.052.786,48	3.584.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.376.362,61	6.946.862,51
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	5.404.726,00	5.404.726,00
CAPITAL SOCIAL	5.404.726,00	5.404.726,00
RESERVAS	1.963.654,93	2.533.654,93
ADIANTE PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	1.963.654,93	2.533.654,93
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(992.018,32)	(991.518,42)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.444.922,31	10.544.954,50

"As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

Chapeco (SC), 31/12/2025

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID - CRC: RS-023833/O-5T
CRC: 1-SC-007499/O-1 - Contaoeste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Valores expressos em Reais (BRL)

	Período de 01/01/2025 a 31/12/2025	Período de 01/01/2024 a 31/12/2024
RECEITA BRUTA DE VENDAS	668.240,43	545.212,51
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS E DEVOLUÇÕES	(24.390,77)	(19.900,27)
DEDUÇÕES DE VENDAS E DEVOLUÇÕES	(24.390,77)	(19.900,27)
(=) RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	643.849,66	525.312,24
(-) CUSTO DOS PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS	(11.279,88)	(9.260,63)
(=) LUCRO OU PREJUÍZO BRUTO	632.569,78	516.051,61
(+/-) DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(589.631,24)	(305.016,84)
DESPESAS COM VENDAS	0,00	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(587.502,01)	(285.258,89)
DESPESAS TRIBUTARIAS	(2.129,23)	(19.757,95)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	0,00
(=) INVESTIMENTO POR MÉT. EQUIV. PATRIMONIAL	0,00	0,00
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00
(=) RES. ANTES RECEITAS E DESESPESAS FINANCEIRAS	42.938,54	211.034,77
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	10.612,98	(38,72)
DESPESAS FINANCEIRAS	(253,50)	(58,50)
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	2.991,48	19,78
OUTRAS RECEITAS OU DESPESAS	7.875,00	0,00
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	53.551,52	210.996,05
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(54.051,42)	(41.878,32)
(=) RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(499,90)	169.117,73
RES. LÍQUIDO DAS OP. DESCONTINUADAS DOS ITENS:	0,00	0,00
RESULTADO LÍQ. APOS TRIBUTOS OP. DESCONTINUADAS	0,00	0,00
RESULTADO APÓS TRIBUTOS S/VALOR JUSTO OP. DESCONTINUADA	0,00	0,00
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - LUCRO	0,00	169.117,73
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - PREJUÍZO	(499,90)	0,00

"As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

Chapeco (SC), 31/12/2025

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID - CRC: RS-023833/O-5T
CRC: 1-SC-007499/O-1 - Contaoeste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS DE 31/12/2025 E 31/12/2024
VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$)

Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas				Lucros e Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
					Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros a Realizar	Reservas de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.296.526,00	0,00	2.851.954,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.100.636,15	5.987.844,78
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento e/ou Integralização de Capital	1.108.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.108.200,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício:									169.117,73	169.117,73
Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Lucros a Realizar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro/Prejuízo Líquido Após Reservas:									169.117,73	
Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos obrigatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos ou Lucros distribuídos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Lucros para investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição de Reservas	0,00	0,00	-318.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-318.300,00
Outras Operações										
Cisão/Fusão/Incorporação e Redução de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.404.726,00	0,00	2.533.654,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-991.518,42	6.946.862,51
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento e/ou Integralização de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício:									-499,90	-499,90
Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Lucros a Realizar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro/Prejuízo Líquido Após Reservas:									-499,90	
Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos obrigatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos ou Lucros distribuídos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Lucros para investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição de Reservas	0,00	0,00	-570.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-570.000,00
Outras Operações										
Cisão/Fusão/Incorporação e Redução de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.404.726,00	0,00	1.963.654,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-992.018,32	6.376.362,61

"As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

Chapeco (SC), 31/12/2025

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF N:182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID • CRC: RS-02833/O-5T
CRC: 1-SC-007499/O-1 • Contosste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - M. INDIRETO
Valores expressos em Reais (BRL)

	Período de 27/03/2025 a 31/12/2025	Período de 01/01/2024 a 31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS	183.927,02	430.693,17
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(60.926,60)	169.117,73
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	231.589,92	259.124,07
BAIXAS DE ATIVOS (INVESTIMENTOS, IMOBILIZADOS E INTANGÍVEL)	0,00	0,00
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA FINANCEIRAS E OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
PROVISÃO/REVERSÃO DE PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	0,00	0,00
PROVISÃO/REVERSÃO OUTRAS	0,00	0,00
LUCROS NAS VENDAS DE IMOBILIZADOS	0,00	0,00
REDUÇÃO DE IR E CS A PAGAR	13.263,70	2.451,37
VARIAÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS (PATRIMONIAIS)	217.275,15	1.547,03
AUMENTO/REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER	0,00	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO DE ESTOQUES	0,00	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO DE OUTROS ATIVOS	214.765,63	1.119,26
AUMENTO/REDUÇÃO EM FORNECEDORES	400,00	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO EM CONTAS A PAGAR	0,00	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO DE OBR. SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	2.109,52	427,77
AUMENTO/REDUÇÃO DE OUTROS PASSIVOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	401.202,17	432.240,20
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	488.033,80	(658.347,21)
AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	(1.162.347,21)
AQUISIÇÃO DE INTANGÍVEL	0,00	0,00
RESGATE DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	0,00	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO DE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	488.033,80	504.000,00
OUTROS INVESTIMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	488.033,80	(658.347,21)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - M. INDIRETO
Valores expressos em Reais (BRL)

	Período de 27/03/2025 a 31/12/2025	Período de 01/01/2024 a 31/12/2024
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(817.213,52)	285.900,00
COMPRA DE AÇÕES EM TESOURARIA	0,00	0,00
DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	0,00	0,00
CAPTAÇÃO E EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
PAGAMENTOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E/OU FINANCIAMENTOS COM EMP. LIGADAS - LÍQUIDO	0,00	0,00
INGRESSO DE CAPITAL	0,00	1.108.200,00
OUTROS	(817.213,52)	(822.300,00)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES FINANCIAMEN	(817.213,52)	285.900,00
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	72.022,45	59.792,99
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	122.865,49	116.262,80
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	50.843,04	56.469,81
DISPONIBILIDADES GERADAS NO PERÍODO *	72.022,45	59.792,99

"As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

Chapeco (SC), 31/12/2025

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID - CRC: RS-023833/O-5T
CRC: 1-SC-007499/O-1 - Contaoeste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS DE 31/12/2025 E 31/12/2024

Valores Expressos em Reais (R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	(499,90)	0,00
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	0,00	0,00
Ganho líquido sobre hedge de investimento líquido	0,00	0,00
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	0,00	0,00
Ganho líquido (perda) em hedge de fluxo de caixa	0,00	0,00
Movimentação dos custos de hedge	0,00	0,00
Perda líquida em instrumentos e dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes de coligada, por equivalência	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	0,00	0,00
Ganho líquido (perda) em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	0,00	0,00
Ganho líquido (perda) na remensuração do plano de benefício definido	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes de coligada, por equivalência	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes líquidos de tributos	0,00	0,00
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	0,00	0,00
Total do resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	(499,90)	0,00
Acionistas controladores	0,00	0,00
Acionistas não controladores	0,00	0,00

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras"

Chapeco (SC), 31/12/2025

ELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Ello Participações e Investimentos S/A, é uma Sociedade Empresária Anônima de Capital Fechado, iniciou suas atividades em 12 de janeiro de 2005, com prazo de duração indeterminado, encontra-se sediada no município de Chapecó, Avenida Getúlio Dorneles Vargas, Nº 676 -N, Centro CEP: 89.801-002.

A Ello Participações e Investimentos S/A, tem como objetivos: aquisição de ativos patrimoniais de empresas comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços, decorrentes de faturamento que tenham ou não a mesma atividade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base o NBC TG 1000 (R1) – Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida através da Resolução 1.255/2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outro modo. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Ello Participações em 09 de maio de 2026.

3. Principais Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

3.1. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo ajuste a valor presente ou valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A sociedade revisa suas estimativas anualmente, ou quando indicado de outro modo.

A Administração avaliou todas as possíveis premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, e concluiu-se que as não há fontes de incertezas relevantes para aplicação no exercício de 2025.

3.2. Regime de reconhecimento e determinação do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2025. A receita de venda de produtos/mercadoria/prestação de serviços é/são reconhecida/reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador.

3.3. Impostos

Impostos correntes

A sociedade é tributada pelo lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados a cada trimestre, com a aplicação do coeficiente fixados pelo art. 15 da Lei n.º 9.249/95, com a aplicação sobre a receita bruta da atividade. A alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000,00 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

3.4. Classificação de itens circulantes e não circulantes (ativos e passivos)

A classificação das contas é realizada com base na experiência da administração, das condições de mercado e da situação econômica, sendo que os itens tanto do ativo como do passivo, realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte são classificados como itens circulantes e, aqueles com vencimento ou com expectativa de realização após o término do exercício seguinte, são classificados como itens não circulantes.

3.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a sociedade se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

3.5.1. Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros da sociedade incluem caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Exceto quanto ao caixa e equivalentes e às aplicações financeiras, que são ativos financeiros mantidos para negociação, mensurados ao valor justo através do resultado, os demais ativos financeiros estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, representando ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos perda por redução ao valor recuperável. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.5.2. Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros da sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

São classificados como “empréstimos e financiamentos”, pois incluem passivos financeiros não derivativos e que não são usualmente negociados antes do seu vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas com juros, atualização monetária, são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

3.5.3. Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros são classificados como circulante ou não circulante com base na análise do fluxo de caixa contratado. É segregada como não circulante a parcela do instrumento financeiro cujo fluxo de caixa excede o período de 12 meses da data do balanço.

3.6. Reconhecimento de receita

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.7. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

A sociedade realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos, não apresentando impactos relevantes para registros no exercício.

3.8. Investimentos

Os investimentos quando existentes, são registrados pelo custo reduzidos ao seu valor recuperável quanto aplicável. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2), no caso de investimentos em coligadas e/ou controladas.

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual:

Bens	%
Edificações	4%
Equipamentos de Informática e Comunicação	20%
Ferramentas	10%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.10 Arrendamento

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A definição de um acordo como arrendamento baseia-se no teor do contrato, em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Administração demonstra junto a nota n. 5, 7 e 11 os bens em contratos de arrendamento.

3.11. Intangível

Os intangíveis, quando existentes, estão registrados ao custo de aquisição ou formação reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável, amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil ou prazo de contrato.

3.12. Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte de custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesas de períodos em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juntos e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13. Moeda Funcional e conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da sociedade nas quais são realizadas suas operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do

balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da atualização reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado.

3.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros “Impairment”.

A sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

3.15. Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.16. Provisões

3.16.1. Contingências

A sociedade constitui provisões, para causas cíveis, tributárias e trabalhistas, quando reconhecia a obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A PECLD está apresentada quando houver, como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, e teve como critério a análise geral dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

3.17. Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeira, nem ativos e passivo, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.18. Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2). Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.19. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em caixa, depósito bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor no rendimento pactuado. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	65.891,67	43.897,30
Bancos	54.658,25	72.358,95
Aplicações Financeiras	2.315,57	6,55
Total	122.865,49	116.262,80

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis com liquidez diária. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Adiantamentos, Outras Contas a Receber e Outros Créditos

Esse grupo é composto pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	0,00	298.174,46
Arrendamento dos Contratos	24.000,00	24.000,00
Outras contas a receber	520.820,28	480.000,00
Total	544.820,28	802.174,46

6. Impostos/Tributos a Recuperar

O grupo de imposto e tributos a recuperar são tributos recolhidos ou creditados e que podem ser recuperados, mediante ao pedido de restituição ou pela compensação de tributos, conforme disposição legais de cada ente federativos, sendo composto pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRRF s/ Aplicação Financeira	870,85	870,85
Total	870,85	870,85
Circulante	870,85	870,85

7. Realizável a Longo Prazo

São classificados no realizável a longo prazo, quando existentes, outros créditos que a sociedade tem a possibilidade de utilização após o término do exercício seguinte, tais como:

valores a receber de clientes, aplicações financeiras, impostos a recuperar a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento dos Contratos	2.507.966,20	3.080.000,00
Total	2.507.966,20	3.080.000,00

8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, formação ou construção, menos o valor da depreciação calculada método linear e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento para o uso pretendido pela administração, estimativa inicial de custos e desmontagem, remoção e restauração do local. A Administração da Sociedade determinou a taxa de depreciação a ser reconhecida de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, não existindo valor residual a ser recuperado por meio de venda ou sucateamento ao final de sua vida útil.

Esse grupo inclui os imobilizados em andamento e os adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados.

A empresa avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluir que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025.

8.1. Imobilizado Geral

A conta do grupo imobilizado é composta pelas seguintes subcontas com as respectivas taxas e valores de depreciação e amortização:

8.2. Imobilizado Geral--Continuação

	Taxa % a.a	Custo do Imobilizado bruto				Depreciação Acumulada				Saldo líquido 31/12/2024	Saldo líquido 31/12/2025
		Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2025		
Apartamentos	4	1.148.174,96	0,00	0,00	1.148.174,96	33.309,92	45.927,00	0,00	79.236,92	1.114.865,04	1.068.938,04
Edifícios	4	4.803.947,17	0,00	0,00	4.803.947,17	1.108.146,89	190.352,14	0,00	1.298.499,03	3.695.800,28	3.505.448,14
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	37.696,00	0,00	0,00	37.696,00	6.282,67	3.769,60	0,00	10.052,27	31.413,33	27.643,73
Instalações	4	377.868,88	0,00	0,00	377.868,88	80.297,14	37.786,88	0,00	118.084,02	297.571,74	259.784,86
Terrenos	-	1.405.996,00	0,00	0,00	1.405.996,00	-	-	0,00	-	1.405.996,00	1.405.996,00
Total		7.773.683,01	0,00	0,00	7.773.683,01	1.228.036,62	277.835,62	0,00	1.505.872,24	6.545.646,39	6.267.810,77

9. Fornecedores

A conta a pagar dos fornecedores são compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Nacionais	400,00	0,00
Total	400,00	0,00

10. Obrigações tributárias

As obrigações são decorrentes dos fatos geradores de tributos (Municipal, Estadual e Federal) concretizados no curso normal das atividades da empresa. Eventuais tributos em atraso são acrescidos dos respectivos encargos.

Circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a recolher	1.723,72	1.611,59
CSLL a recolher	5.117,17	4.549,21
IRPJ a recolher	8.146,53	7.582,01
PIS a recolher	373,47	349,18
Outros	12,33	0,00
Total	15.373,22	14.091,99

11. Receita Diferida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a sociedade realizou arrendamento de contratos que foram registrados como receitas diferidas totalizando R\$ 3.052.786,48.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a sociedade realizou arrendamento de contratos que foram registrados como receitas diferidas totalizando R\$ 3.584.000,00.

12. Provisão para contingências

Com base em informações da administração, não foram constituídas provisões para contingências, eis que, não há contingências conhecidas ou mensuráveis capazes de fundamentar a contabilização de tais provisões.

13. Operações descontinuadas

A Sociedade não apresentou operações descontinuadas nos exercícios de 2025 e 2024.

14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido corresponde ao capital social subscrito, integralização ou não pelos sócios da empresa, pelas reservas de capital, reservas de lucros, ou pelos prejuízos acumulados.

14.1. Capital Social

O capital social da Sociedade é de R\$ 5.404.726,00 (cinco milhões quatrocentos e quatro mil, setecentos e vinte e seis reais), dividido em 5.404.726 (cinco milhões quatrocentos e quatro mil, setecentos e vinte e seis), ações de capital totalmente integralizados em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencentes exclusivamente a sócios residentes no País.

	Quotas/Ações	Valor R\$	Participação %
JX Participações Ltda	3.117.131	3.117.131,00	57,67
VX Participações Ltda	1.941.955	1.941.955,00	35,93
ZAP Participações Ltda	172.820	172.820,00	3,20
Mãe Divina Participações Ltda	172.820	172.820,00	3,20
		5.404.726,00	100,00

14.2. Prejuízo e Prejuízos acumulados

Referem-se aos resultados negativos gerados pela sociedade à espera de absorção futura, podendo esse ser: de lucros do exercício, reversão de reservas de lucros e ou pode também abranger lucros à espera de destinação futura.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do exercício	(991.518,42)	(1.160.636,15)
Prejuízo do exercício	(499,90)	-
Lucro do exercício	0,00	169.117,73
	(992.018,32)	(991.518,42)

15. Custos e despesas por natureza e função

A sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função são classificas:		
Custo dos serviços prestados	(11.279,88)	(9.260,63)
Despesas gerais e administrativas	(587.502,01)	(285.258,89)
	(598.781,89)	(294.519,52)
Despesas por natureza		
Manutenção e conservação	(298.174,46)	(1.780,00)
Depreciação e amortização	(277.835,62)	(259.124,07)
Honorários Contábeis	(3.200,00)	0,00
Taxa de Alugueis e locações	(11.279,88)	(9.260,63)
Outros Gastos Gerais	(8.291,93)	(24.354,82)
Total das despesas por natureza	(598.781,89)	(294.519,52)

16. Resultado Financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(253,50)	(58,50)
	(253,50)	(58,50)
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.991,48	19,78
Outros	7.875,00	0,00
	10.866,48	19,78
Resultado financeiro líquido	10.612,98	(38,72)

17. Cobertura de seguros

A Sociedade não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

18. Gerenciamento de Risco

A Administração da empresa realiza gerenciamento de riscos referentes a juros, créditos, liquidez e mercado em suas operações dentro de uma política global de negócios.

19. Eventos subsequentes

Os Administradores declaram a inexistência de fatos que originassem eventos subsequentes favoráveis ou desfavoráveis que ocorram após a data do balanço e antes da divulgação das demonstrações contábeis de 31/12/2025.

Chapecó, SC, 31 de dezembro de 2025.

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
Diretor Presidente
CPF: 182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID – CRC: RS-023833/0-5T
CRC nº. 1-SC007499/0-1 Contaoeste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95

ELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Ello Participações e Investimentos S/A, é uma Sociedade Empresária Anônima de Capital Fechado, iniciou suas atividades em 12 de janeiro de 2005, com prazo de duração indeterminado, encontra-se sediada no município de Chapecó, Avenida Getúlio Dorneles Vargas, Nº 676 -N, Centro CEP: 89.801-002.

A Ello Participações e Investimentos S/A, tem como objetivos: aquisição de ativos patrimoniais de empresas comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços, decorrentes de faturamento que tenham ou não a mesma atividade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base o NBC TG 1000 (R1) – Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida através da Resolução 1.255/2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outro modo. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Ello Participações em 09 de maio de 2026.

3. Principais Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

3.1. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo ajuste a valor presente ou valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A sociedade revisa suas estimativas anualmente, ou quando indicado de outro modo.

A Administração avaliou todas as possíveis premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, e concluiu-se que as não há fontes de incertezas relevantes para aplicação no exercício de 2025.

3.2. Regime de reconhecimento e determinação do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2025. A receita de venda de produtos/mercadoria/prestação de serviços é/são reconhecida/reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador.

3.3. Impostos

Impostos correntes

A sociedade é tributada pelo lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados a cada trimestre, com a aplicação do coeficiente fixados pelo art. 15 da Lei n.º 9.249/95, com a aplicação sobre a receita bruta da atividade. A alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000,00 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

3.4. Classificação de itens circulantes e não circulantes (ativos e passivos)

A classificação das contas é realizada com base na experiência da administração, das condições de mercado e da situação econômica, sendo que os itens tanto do ativo como do passivo, realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte são classificados como itens circulantes e, aqueles com vencimento ou com expectativa de realização após o término do exercício seguinte, são classificados como itens não circulantes.

3.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a sociedade se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

3.5.1. Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros da sociedade incluem caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Exceto quanto ao caixa e equivalentes e às aplicações financeiras, que são ativos financeiros mantidos para negociação, mensurados ao valor justo através do resultado, os demais ativos financeiros estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, representando ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos perda por redução ao valor recuperável. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.5.2. Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros da sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

São classificados como “empréstimos e financiamentos”, pois incluem passivos financeiros não derivativos e que não são usualmente negociados antes do seu vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas com juros, atualização monetária, são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

3.5.3. Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros são classificados como circulante ou não circulante com base na análise do fluxo de caixa contratado. É segregada como não circulante a parcela do instrumento financeiro cujo fluxo de caixa excede o período de 12 meses da data do balanço.

3.6. Reconhecimento de receita

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.7. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

A sociedade realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos, não apresentando impactos relevantes para registros no exercício.

3.8. Investimentos

Os investimentos quando existentes, são registrados pelo custo reduzidos ao seu valor recuperável quanto aplicável. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2), no caso de investimentos em coligadas e/ou controladas.

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual:

Bens	%
Edificações	4%
Equipamentos de Informática e Comunicação	20%
Ferramentas	10%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.10 Arrendamento

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A definição de um acordo como arrendamento baseia-se no teor do contrato, em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Administração demonstra junto a nota n. 5, 7 e 11 os bens em contratos de arrendamento.

3.11. Intangível

Os intangíveis, quando existentes, estão registrados ao custo de aquisição ou formação reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável, amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil ou prazo de contrato.

3.12. Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte de custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesas de períodos em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juntos e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13. Moeda Funcional e conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da sociedade nas quais são realizadas suas operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do

balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da atualização reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado.

3.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros “Impairment”.

A sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

3.15. Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.16. Provisões

3.16.1. Contingências

A sociedade constitui provisões, para causas cíveis, tributárias e trabalhistas, quando reconhecia a obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A PECLD está apresentada quando houver, como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, e teve como critério a análise geral dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

3.17. Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeira, nem ativos e passivo, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.18. Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2). Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.19. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em caixa, depósito bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor no rendimento pactuado. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	65.891,67	43.897,30
Bancos	54.658,25	72.358,95
Aplicações Financeiras	2.315,57	6,55
Total	122.865,49	116.262,80

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis com liquidez diária. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Adiantamentos, Outras Contas a Receber e Outros Créditos

Esse grupo é composto pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	0,00	298.174,46
Arrendamento dos Contratos	24.000,00	24.000,00
Outras contas a receber	520.820,28	480.000,00
Total	544.820,28	802.174,46

6. Impostos/Tributos a Recuperar

O grupo de imposto e tributos a recuperar são tributos recolhidos ou creditados e que podem ser recuperados, mediante ao pedido de restituição ou pela compensação de tributos, conforme disposição legais de cada ente federativos, sendo composto pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRRF s/ Aplicação Financeira	870,85	870,85
Total	870,85	870,85
Circulante	870,85	870,85

7. Realizável a Longo Prazo

São classificados no realizável a longo prazo, quando existentes, outros créditos que a sociedade tem a possibilidade de utilização após o término do exercício seguinte, tais como:

valores a receber de clientes, aplicações financeiras, impostos a recuperar a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento dos Contratos	2.507.966,20	3.080.000,00
Total	2.507.966,20	3.080.000,00

8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, formação ou construção, menos o valor da depreciação calculada método linear e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento para o uso pretendido pela administração, estimativa inicial de custos e desmontagem, remoção e restauração do local. A Administração da Sociedade determinou a taxa de depreciação a ser reconhecida de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, não existindo valor residual a ser recuperado por meio de venda ou sucateamento ao final de sua vida útil.

Esse grupo inclui os imobilizados em andamento e os adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados.

A empresa avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluir que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025.

8.1. Imobilizado Geral

A conta do grupo imobilizado é composta pelas seguintes subcontas com as respectivas taxas e valores de depreciação e amortização:

8.2. Imobilizado Geral--Continuação

	Taxa % a.a	Custo do Imobilizado bruto				Depreciação Acumulada				Saldo líquido 31/12/2024	Saldo líquido 31/12/2025
		Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2025		
Apartamentos	4	1.148.174,96	0,00	0,00	1.148.174,96	33.309,92	45.927,00	0,00	79.236,92	1.114.865,04	1.068.938,04
Edifícios	4	4.803.947,17	0,00	0,00	4.803.947,17	1.108.146,89	190.352,14	0,00	1.298.499,03	3.695.800,28	3.505.448,14
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	37.696,00	0,00	0,00	37.696,00	6.282,67	3.769,60	0,00	10.052,27	31.413,33	27.643,73
Instalações	4	377.868,88	0,00	0,00	377.868,88	80.297,14	37.786,88	0,00	118.084,02	297.571,74	259.784,86
Terrenos	-	1.405.996,00	0,00	0,00	1.405.996,00	-	-	0,00	-	1.405.996,00	1.405.996,00
Total		7.773.683,01	0,00	0,00	7.773.683,01	1.228.036,62	277.835,62	0,00	1.505.872,24	6.545.646,39	6.267.810,77

9. Fornecedores

A conta a pagar dos fornecedores são compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Nacionais	400,00	0,00
Total	400,00	0,00

10. Obrigações tributárias

As obrigações são decorrentes dos fatos geradores de tributos (Municipal, Estadual e Federal) concretizados no curso normal das atividades da empresa. Eventuais tributos em atraso são acrescidos dos respectivos encargos.

Circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a recolher	1.723,72	1.611,59
CSLL a recolher	5.117,17	4.549,21
IRPJ a recolher	8.146,53	7.582,01
PIS a recolher	373,47	349,18
Outros	12,33	0,00
Total	15.373,22	14.091,99

11. Receita Diferida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a sociedade realizou arrendamento de contratos que foram registrados como receitas diferidas totalizando R\$ 3.052.786,48.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a sociedade realizou arrendamento de contratos que foram registrados como receitas diferidas totalizando R\$ 3.584.000,00.

12. Provisão para contingências

Com base em informações da administração, não foram constituídas provisões para contingências, eis que, não há contingências conhecidas ou mensuráveis capazes de fundamentar a contabilização de tais provisões.

13. Operações descontinuadas

A Sociedade não apresentou operações descontinuadas nos exercícios de 2025 e 2024.

14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido corresponde ao capital social subscrito, integralização ou não pelos sócios da empresa, pelas reservas de capital, reservas de lucros, ou pelos prejuízos acumulados.

14.1. Capital Social

O capital social da Sociedade é de R\$ 5.404.726,00 (cinco milhões quatrocentos e quatro mil, setecentos e vinte e seis reais), dividido em 5.404.726 (cinco milhões quatrocentos e quatro mil, setecentos e vinte e seis), ações de capital totalmente integralizados em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencentes exclusivamente a sócios residentes no País.

	Quotas/Ações	Valor R\$	Participação %
JX Participações Ltda	3.117.131	3.117.131,00	57,67
VX Participações Ltda	1.941.955	1.941.955,00	35,93
ZAP Participações Ltda	172.820	172.820,00	3,20
Mãe Divina Participações Ltda	172.820	172.820,00	3,20
		5.404.726,00	100,00

14.2. Prejuízo e Prejuízos acumulados

Referem-se aos resultados negativos gerados pela sociedade à espera de absorção futura, podendo esse ser: de lucros do exercício, reversão de reservas de lucros e ou pode também abranger lucros à espera de destinação futura.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do exercício	(991.518,42)	(1.160.636,15)
Prejuízo do exercício	(499,90)	-
Lucro do exercício	0,00	169.117,73
	(992.018,32)	(991.518,42)

15. Custos e despesas por natureza e função

A sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função são classificas:		
Custo dos serviços prestados	(11.279,88)	(9.260,63)
Despesas gerais e administrativas	(587.502,01)	(285.258,89)
	(598.781,89)	(294.519,52)
Despesas por natureza		
Manutenção e conservação	(298.174,46)	(1.780,00)
Depreciação e amortização	(277.835,62)	(259.124,07)
Honorários Contábeis	(3.200,00)	0,00
Taxa de Alugueis e locações	(11.279,88)	(9.260,63)
Outros Gastos Gerais	(8.291,93)	(24.354,82)
Total das despesas por natureza	(598.781,89)	(294.519,52)

16. Resultado Financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(253,50)	(58,50)
	(253,50)	(58,50)
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.991,48	19,78
Outros	7.875,00	0,00
	10.866,48	19,78
Resultado financeiro líquido	10.612,98	(38,72)

17. Cobertura de seguros

A Sociedade não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

18. Gerenciamento de Risco

A Administração da empresa realiza gerenciamento de riscos referentes a juros, créditos, liquidez e mercado em suas operações dentro de uma política global de negócios.

19. Eventos subsequentes

Os Administradores declaram a inexistência de fatos que originassem eventos subsequentes favoráveis ou desfavoráveis que ocorram após a data do balanço e antes da divulgação das demonstrações contábeis de 31/12/2025.

Chapecó, SC, 31 de dezembro de 2025.

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
Diretor Presidente
CPF: 182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID – CRC: RS-023833/0-5T
CRC nº. 1-SC007499/0-1 Contaoeste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95

ELLO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Ello Participações e Investimentos S/A, é uma Sociedade Empresária Anônima de Capital Fechado, iniciou suas atividades em 12 de janeiro de 2005, com prazo de duração indeterminado, encontra-se sediada no município de Chapecó, Avenida Getúlio Dorneles Vargas, Nº 676 -N, Centro CEP: 89.801-002.

A Ello Participações e Investimentos S/A, tem como objetivos: aquisição de ativos patrimoniais de empresas comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços, decorrentes de faturamento que tenham ou não a mesma atividade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base o NBC TG 1000 (R1) – Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedida através da Resolução 1.255/2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outro modo. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Ello Participações em 09 de maio de 2026.

3. Principais Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

3.1. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo ajuste a valor presente ou valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A sociedade revisa suas estimativas anualmente, ou quando indicado de outro modo.

A Administração avaliou todas as possíveis premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, e concluiu-se que as não há fontes de incertezas relevantes para aplicação no exercício de 2025.

3.2. Regime de reconhecimento e determinação do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2025. A receita de venda de produtos/mercadoria/prestação de serviços é/são reconhecida/reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador.

3.3. Impostos

Impostos correntes

A sociedade é tributada pelo lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados a cada trimestre, com a aplicação do coeficiente fixados pelo art. 15 da Lei n.º 9.249/95, com a aplicação sobre a receita bruta da atividade. A alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60.000,00 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

3.4. Classificação de itens circulantes e não circulantes (ativos e passivos)

A classificação das contas é realizada com base na experiência da administração, das condições de mercado e da situação econômica, sendo que os itens tanto do ativo como do passivo, realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte são classificados como itens circulantes e, aqueles com vencimento ou com expectativa de realização após o término do exercício seguinte, são classificados como itens não circulantes.

3.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a sociedade se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

3.5.1. Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros da sociedade incluem caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

Exceto quanto ao caixa e equivalentes e às aplicações financeiras, que são ativos financeiros mantidos para negociação, mensurados ao valor justo através do resultado, os demais ativos financeiros estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, representando ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos perda por redução ao valor recuperável. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.5.2. Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros da sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

São classificados como “empréstimos e financiamentos”, pois incluem passivos financeiros não derivativos e que não são usualmente negociados antes do seu vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas com juros, atualização monetária, são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

3.5.3. Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros são classificados como circulante ou não circulante com base na análise do fluxo de caixa contratado. É segregada como não circulante a parcela do instrumento financeiro cujo fluxo de caixa excede o período de 12 meses da data do balanço.

3.6. Reconhecimento de receita

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

3.7. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

A sociedade realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos, não apresentando impactos relevantes para registros no exercício.

3.8. Investimentos

Os investimentos quando existentes, são registrados pelo custo reduzidos ao seu valor recuperável quanto aplicável. Os investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2), no caso de investimentos em coligadas e/ou controladas.

3.9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual:

Bens	%
Edificações	4%
Equipamentos de Informática e Comunicação	20%
Ferramentas	10%
Instalações	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.10 Arrendamento

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo de os arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A definição de um acordo como arrendamento baseia-se no teor do contrato, em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Administração demonstra junto a nota n. 5, 7 e 11 os bens em contratos de arrendamento.

3.11. Intangível

Os intangíveis, quando existentes, estão registrados ao custo de aquisição ou formação reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável, amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil ou prazo de contrato.

3.12. Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte de custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesas de períodos em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juntos e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.13. Moeda Funcional e conversão dos saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da sociedade nas quais são realizadas suas operações.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do

balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da atualização reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado.

3.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros “Impairment”.

A sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

3.15. Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.16. Provisões

3.16.1. Contingências

A sociedade constitui provisões, para causas cíveis, tributárias e trabalhistas, quando reconhecia a obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A PECLD está apresentada quando houver, como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, e teve como critério a análise geral dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

3.17. Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações financeira, nem ativos e passivo, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.18. Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2). Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.19. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em caixa, depósito bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A sociedade considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor no rendimento pactuado. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa é composta pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	65.891,67	43.897,30
Bancos	54.658,25	72.358,95
Aplicações Financeiras	2.315,57	6,55
Total	122.865,49	116.262,80

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis com liquidez diária. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Adiantamentos, Outras Contas a Receber e Outros Créditos

Esse grupo é composto pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	0,00	298.174,46
Arrendamento dos Contratos	24.000,00	24.000,00
Outras contas a receber	520.820,28	480.000,00
Total	544.820,28	802.174,46

6. Impostos/Tributos a Recuperar

O grupo de imposto e tributos a recuperar são tributos recolhidos ou creditados e que podem ser recuperados, mediante ao pedido de restituição ou pela compensação de tributos, conforme disposição legais de cada ente federativos, sendo composto pelas seguintes subcontas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRRF s/ Aplicação Financeira	870,85	870,85
Total	870,85	870,85
Circulante	870,85	870,85

7. Realizável a Longo Prazo

São classificados no realizável a longo prazo, quando existentes, outros créditos que a sociedade tem a possibilidade de utilização após o término do exercício seguinte, tais como:

valores a receber de clientes, aplicações financeiras, impostos a recuperar a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento dos Contratos	2.507.966,20	3.080.000,00
Total	2.507.966,20	3.080.000,00

8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, formação ou construção, menos o valor da depreciação calculada método linear e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento para o uso pretendido pela administração, estimativa inicial de custos e desmontagem, remoção e restauração do local. A Administração da Sociedade determinou a taxa de depreciação a ser reconhecida de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, não existindo valor residual a ser recuperado por meio de venda ou sucateamento ao final de sua vida útil.

Esse grupo inclui os imobilizados em andamento e os adiantamentos para aquisição de ativos imobilizados.

A empresa avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluir que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025.

8.1. Imobilizado Geral

A conta do grupo imobilizado é composta pelas seguintes subcontas com as respectivas taxas e valores de depreciação e amortização:

8.2. Imobilizado Geral--Continuação

	Taxa % a.a	Custo do Imobilizado bruto				Depreciação Acumulada				Saldo líquido 31/12/2024	Saldo líquido 31/12/2025
		Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2025		
Apartamentos	4	1.148.174,96	0,00	0,00	1.148.174,96	33.309,92	45.927,00	0,00	79.236,92	1.114.865,04	1.068.938,04
Edifícios	4	4.803.947,17	0,00	0,00	4.803.947,17	1.108.146,89	190.352,14	0,00	1.298.499,03	3.695.800,28	3.505.448,14
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10	37.696,00	0,00	0,00	37.696,00	6.282,67	3.769,60	0,00	10.052,27	31.413,33	27.643,73
Instalações	4	377.868,88	0,00	0,00	377.868,88	80.297,14	37.786,88	0,00	118.084,02	297.571,74	259.784,86
Terrenos	-	1.405.996,00	0,00	0,00	1.405.996,00	-	-	0,00	-	1.405.996,00	1.405.996,00
Total		7.773.683,01	0,00	0,00	7.773.683,01	1.228.036,62	277.835,62	0,00	1.505.872,24	6.545.646,39	6.267.810,77

9. Fornecedores

A conta a pagar dos fornecedores são compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Nacionais	400,00	0,00
Total	400,00	0,00

10. Obrigações tributárias

As obrigações são decorrentes dos fatos geradores de tributos (Municipal, Estadual e Federal) concretizados no curso normal das atividades da empresa. Eventuais tributos em atraso são acrescidos dos respectivos encargos.

Circulante

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a recolher	1.723,72	1.611,59
CSLL a recolher	5.117,17	4.549,21
IRPJ a recolher	8.146,53	7.582,01
PIS a recolher	373,47	349,18
Outros	12,33	0,00
Total	15.373,22	14.091,99

11. Receita Diferida

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a sociedade realizou arrendamento de contratos que foram registrados como receitas diferidas totalizando R\$ 3.052.786,48.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a sociedade realizou arrendamento de contratos que foram registrados como receitas diferidas totalizando R\$ 3.584.000,00.

12. Provisão para contingências

Com base em informações da administração, não foram constituídas provisões para contingências, eis que, não há contingências conhecidas ou mensuráveis capazes de fundamentar a contabilização de tais provisões.

13. Operações descontinuadas

A Sociedade não apresentou operações descontinuadas nos exercícios de 2025 e 2024.

14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido corresponde ao capital social subscrito, integralização ou não pelos sócios da empresa, pelas reservas de capital, reservas de lucros, ou pelos prejuízos acumulados.

14.1. Capital Social

O capital social da Sociedade é de R\$ 5.404.726,00 (cinco milhões quatrocentos e quatro mil, setecentos e vinte e seis reais), dividido em 5.404.726 (cinco milhões quatrocentos e quatro mil, setecentos e vinte e seis), ações de capital totalmente integralizados em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencentes exclusivamente a sócios residentes no País.

	Quotas/Ações	Valor R\$	Participação %
JX Participações Ltda	3.117.131	3.117.131,00	57,67
VX Participações Ltda	1.941.955	1.941.955,00	35,93
ZAP Participações Ltda	172.820	172.820,00	3,20
Mãe Divina Participações Ltda	172.820	172.820,00	3,20
		5.404.726,00	100,00

14.2. Prejuízo e Prejuízos acumulados

Referem-se aos resultados negativos gerados pela sociedade à espera de absorção futura, podendo esse ser: de lucros do exercício, reversão de reservas de lucros e ou pode também abranger lucros à espera de destinação futura.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do exercício	(991.518,42)	(1.160.636,15)
Prejuízo do exercício	(499,90)	-
Lucro do exercício	0,00	169.117,73
	(992.018,32)	(991.518,42)

15. Custos e despesas por natureza e função

A sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função são classificas:		
Custo dos serviços prestados	(11.279,88)	(9.260,63)
Despesas gerais e administrativas	(587.502,01)	(285.258,89)
	(598.781,89)	(294.519,52)
Despesas por natureza		
Manutenção e conservação	(298.174,46)	(1.780,00)
Depreciação e amortização	(277.835,62)	(259.124,07)
Honorários Contábeis	(3.200,00)	0,00
Taxa de Alugueis e locações	(11.279,88)	(9.260,63)
Outros Gastos Gerais	(8.291,93)	(24.354,82)
Total das despesas por natureza	(598.781,89)	(294.519,52)

16. Resultado Financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(253,50)	(58,50)
	(253,50)	(58,50)
Receitas Financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.991,48	19,78
Outros	7.875,00	0,00
	10.866,48	19,78
Resultado financeiro líquido	10.612,98	(38,72)

17. Cobertura de seguros

A Sociedade não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

18. Gerenciamento de Risco

A Administração da empresa realiza gerenciamento de riscos referentes a juros, créditos, liquidez e mercado em suas operações dentro de uma política global de negócios.

19. Eventos subsequentes

Os Administradores declaram a inexistência de fatos que originassem eventos subsequentes favoráveis ou desfavoráveis que ocorram após a data do balanço e antes da divulgação das demonstrações contábeis de 31/12/2025.

Chapecó, SC, 31 de dezembro de 2025.

JOSIAS ANTONIO MASCARELLO
Diretor Presidente
CPF: 182.633.300-25

Contador: ARCIDES DE DAVID – CRC: RS-023833/0-5T
CRC nº. 1-SC007499/0-1 Contaoeste Contabilidade Ltda
CNPJ: 72.259.849/0001-95